



MULHER, RAÇA E ETNIA

Miriam de Oliveira Inácio*

RESUMO

O planeta possui variadas raças e etnias, e é através dessa diversidade que surge o etnocentrismo de umas com as outras. No Brasil, por exemplo, o preconceito étnico-racial é consequência da nossa colonização, na qual negros e índios eram escravizados pelos brancos, eram vistos como preguiçosos e, as mulheres negras, particularmente, eram erotizadas, além de terem o dever de servir sexualmente aos seus senhores. Com a abolição da escravatura, essa submissão aos brancos não mudou muito, já que aqueles negros que não conseguiram trabalho foram colocados à margem da sociedade e à mercê do preconceito. Segundo a elite, negros e brancos passaram a ter acesso às mesmas oportunidades, porém tal acesso era considerado mais difícil para negros, pois eles não apresentavam as mesmas condições econômicas e sociais que os brancos. Essa realidade transforma a tão falada democracia racial em um mito. Dentre os negros, ainda é possível dividi-los entre homens e mulheres, percebendo que o maior grupo vítima do preconceito é formado por mulheres negras. Em busca da efetivação dos seus direitos, essas mulheres se organizaram e criaram o feminismo negro, já que, aquele feminismo pautado em propostas que atendem em maior parte às mulheres brancas e de classe média, não tenta atender às necessidades das mulheres negras. É por isso que ações afirmativas devem continuar sendo implantadas no país. Elas são necessárias para que a mulher negra tenha maior acesso à saúde, educação, assistência social e melhor oportunidade de trabalho. Assim, tentando igualar, de fato, negros e brancos, negras e brancas. No presente trabalho iremos discutir várias temáticas relacionada a questão de ser mulher negra no Brasil, passando por vários pontos cruciais, mostrando suas demandas, lutas e conquistas.

Palavras-chave: Etnia. Ações afirmativas. Mulher negra.

INTRODUÇÃO

1. Raça e Etnia

* Docente do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/ Departamento de Serviço Social/ Seminário Temático Sobre Gênero.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Para dar início a uma exposição sobre as questões étnico-raciais que envolvem mulheres, faz-se necessário diferenciar os termos “raça” e “etnia”, considerando que são facilmente confundidos um com o outro, mas não são sinônimos.

O termo raça refere-se ao âmbito biológico, às características fenotípicas. Foi utilizado historicamente, para reconhecer categorias humanas socialmente concretas. As diferenças mais comuns que constituem uma raça são apresentadas na cor da pele, no tipo de cabelo, na conformação facial e cranial, na ancestralidade e na genética. Assim sendo, a cor da pele, utilizada como fator racial mais importante, é somente uma das muitas características que constituem designada raça e não determina a ancestralidade do indivíduo, principalmente num país com um nível alto de miscigenação, como o Brasil.

Já o termo etnia faz alusão ao âmbito antropológico. Uma comunidade humana é considerada um grupo étnico por apresentar equivalentes linguísticos, culturais e semelhanças genéticas.

É válido destacar que classificar o indivíduo como pertencente à determinada raça e/ou etnia é inadequado, pois essa declaração deve partir do auto relato por ser mais precisa através da auto qualificação. A partir disso, iremos abordar no próximo tópico, um ponto importante para se pensar a questão das desigualdades e condições da população negra no Brasil.

1.2 O Mito da Democracia Racial na Sociedade Brasileira

[...] Erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando de iguais oportunidades de existência.[...] No entanto, “devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro [...]” - (NASCIMENTO, Abadias do. O genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978,pp.41 e 92)

É muito comum ouvir falar que o racismo não existe no Brasil, pelo fato deste ser um país historicamente construído a partir da junção de muitas raças, porém, as



Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo: Ed. Ciência Humanas, 1979, p.231)

Quatro fatores podem ser citados como motivadores para as raízes desse mito, e estão inseridos no século XIX, são eles: O processo de mestiçagem; a literatura produzida pelos viajantes que visitavam o país; a direção do movimento abolicionista e as produções da elite intelectual e política.

Os estrangeiros que visitavam o Brasil nesse período descreviam um país afrodisíaco, onde todas as pessoas se relacionavam muito bem e tudo era magicamente perfeito. A relação entre senhor e escravo era descrita como benévola, com traços de harmonia e cumplicidade de ambos os lados. A “luta racial” em nosso país se dava de maneira mais maquiada em relação ao que se passava no sul dos E.U.A (Regime de Jin Crow) por exemplo.

“Foi de suma importância para a construção do mito da democracia racial o diálogo entre abolicionistas brasileiros e norte-americanos, no século XIX, em que se identificava a sociedade brasileira como paradisíaca frente ao inferno racial que era a sociedade norte-americana.” (BERNARDINO, Joaze. A Ação afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil – Estudos Afro Asiáticos, ano 24, nº2, 2002, p.251)

O Processo de mestiçagem era visto como a maior prova de que o preconceito racial não existia, já que brancos e negros se relacionavam intimamente sem problema algum. O fato é que os estupros que os senhores faziam em suas escravas eram como atos de honra e a mestiçagem era mais uma manobra da elite para embranquecer o Brasil do que um interesse sentimental de união entre raças.

‘A construção da categoria “mulato”, então, foi a saída encontrada pela ideologia da democracia racial para difundir a ilusão de que no Brasil não existiam distinções de “raça”. ’ (DOMINGUES, Fernandes. O Mito da Democracia Racial e a Mestiçagem no Brasil (1889-1930) Diálogos Latino Americanos, nº 10, 2005, p.125)

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Após a abolição, a elite descrevia que os negros possuíam as mesmas oportunidades que os brancos e a culpabilização pelo fracasso destes provinha deles mesmos, já que “as chances eram as mesmas”.

Do ponto de vista do discurso da ideologia racial no pós abolição (a saber, o da democracia racial), as oportunidades eram dadas igualitariamente para negros e brancos. Mas como os negros não as aproveitavam, concluía-se que eram incompetentes, incapazes e/ou inferiores. Portanto uma das dimensões psicológicas do mito da democracia racial foi ter reforçado o “complexo de superioridade” no branco e, em contra-partida, desenvolvido no negro o “complexo de inferioridade”, isto é, fez o negro sentir-se responsável pelos seus próprios infortúnios. (DOMINGUES, Fernandes. O Mito da Democracia Racial e a Mestiçagem no Brasil (1889-1930) Diálogos Latino Americanos, nº 10, 2005, p.126)

Atualmente já são pensadas e postas em prática políticas públicas que pretendem corrigir essas desigualdades históricas, são as chamadas ações afirmativas, que não focam somente na questão do negro, mas, também de todos os outros grupos minoritários que sofrem qualquer tipo de discriminação e desigualdades atuais ou históricas. Assim, as políticas de ação afirmativa buscam, por meio de um tratamento diferenciado, promover a equidade entre os grupos que compõe a sociedade. (BERNARDINO, Joaze, 2005).

A partir de 1995, ano em que o presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu que, no Brasil, havia racismo e desigualdades raciais, passaram a criar as primeiras políticas públicas direcionadas à população negra. Tudo isso, graças a lutas históricas de movimentos negros nos país.

Com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), criado em 13 de maio de 1996, o governo se encarregou de implantar ações para combater as desigualdades raciais por meio de políticas afirmativas. Com as seguintes propostas que logo deveriam ser implantadas: “[...] apoios a grupos de trabalho e a criação de conselhos; inclusão do quesito cor em todos e quaisquer sistemas de informação e registro sobre a população negra e bancos de dados públicos; estímulo à presença dos grupos étnicos que compõem a população brasileira em propagandas institucionais do governo federal; apoio às ações da iniciativa privada que realizem

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



‘discriminação positiva’. Para as proposições de médio e longo prazo, destacavam-se a formulação de políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra, alteração do conteúdo de livros didáticos, bem como a ampliação do acesso de entidades da comunidade negra aos diferentes setores do governo”¹.

Exatamente anos depois, o governo federal criou o PNDH II, o qual teria os seguintes objetivos: “[...]apoiar o *reconhecimento*, por parte do Estado brasileiro, de que a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos constituíram violações graves e sistemáticas dos direitos humanos, que hoje seriam considerados crimes contra a humanidade; apoiar o *reconhecimento*, por parte do Estado brasileiro, da marginalização econômica, social e política a que foram submetidos os ‘afrodescendentes’ em decorrência da escravidão; estudar a viabilidade da criação de fundos de reparação social destinados a financiar políticas de ação afirmativa e de promoção da igualdade de oportunidades”². Neste mesmo dia 13 de maio, foi lançado o Programa Nacional de Ações Afirmativas, coordenado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, porém sem a presença de ações mais exclusivas.

Tendo em vista o contexto histórico da luta negra e sua atuação vivenciada na sociedade contemporânea, vale salientar que é a mulher que mais sofre com esse sistema discriminatório e desigual. Ela não sofre apenas por ser negra, mas também pelo simples fato de ser mulher e estar imersa numa sociedade em que o patriarcado impera e impõe diversos padrões, fazendo-a passar por situações no mínimo constrangedoras e privando-a de uma total liberdade perante seu corpo natural. O mito da democracia racial é algo que ainda perdurará por muito tempo no Brasil e para isso se faz necessário que o combatemos todos os dias começando a quebrar os preconceitos e padrões existentes dentro de nós mesmos, pois é com a mudança individual que conseguimos. Mas, é importante antes de qualquer mudança, entender qual o contexto em que se deram as relações de poder em nosso país e que fatores influenciaram.

2. A mulher negra e as relações de patriarcado e capitalismo

Quando se pensa em questões como o preconceito e a exclusão sofrida pelos negros e principalmente pelas mulheres negras, torna-se essencial pensar na estrutura que ordena essa discriminação. Neste momento o objetivo do trabalho não é explanar a história e desenvolvimento do capitalismo e suas relações de trabalho e exploração, mas sim como este atingiu e atinge o trabalhador(a) negro(a). Ou seja, compreender o capitalismo a partir das particularidades do processo sócio-histórico-cultural brasileiro. E como seus respectivos fenômenos impactam a sociedade e suas classes sociais, dando foco, nessa investigação, aos trabalhadores negros. (Martins, 2012)

Primeiramente, é necessário se ater a algumas características desse sistema e da sua história para podermos entender suas complicações.

“As relações capitalistas constituem relações de produção de valores de troca (mercadorias) para acumulação de capital, através da expropriação da mais valia adicionada ao valor pelo trabalho livre, condição da produção capitalista e razão pela qual se provoca a separação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção.” (Behring e Boschetti, 2006, p.51)

Essa configuração atribuída ao trabalho pelo capitalismo subsume o trabalho ao capital, provocando o pauperismo das relações de trabalho, de modo negativo para quem trabalha e positivo para quem possui os meios de produção – o chefe- (Behring e Boschetti, 2006), além de tirar da profissão o valor de identidade e constituidor do sujeito, tornando o trabalho algo abstrato ao que trabalha. (Marx, 1987 em Behring e Boschetti, 2006)

Cronologicamente, a metade final do século XX é o momento em que a questão da exploração do trabalhador se problematiza ainda mais. A fase expansionista do capitalismo maduro – impulsionada pelo fascismo e pela economia de guerra - começa a dar sinais de esgotamento no final dos anos 60. É também



interesses e mercados longínquos. ”(Ianni, 1989, p. 68 e 69 em Behring e Boschetti, 2006, p. 72)

- b) O **escravismo** que marca negativamente a cultura, os valores, as ideias, a ética, a estética e os ritmos de mudança no país. (Behring e Boschetti, 2006) Tornando tudo que é negro sinônimo de inferioridade e de exploração. Inclusive as condições de seu trabalho.
- c) O “desenvolvimento desigual e combinado” (Behring e Boschetti, 2006), uma série de influências de épocas distintas agindo juntas num só presente.

Diante do fim do trabalho escravo e da proclamação da República, o domínio de poder e da política passam a pertencer aos grandes proprietários. (Martins, 2012) Assim como o Estado que internaliza os centros de decisão políticas e institucionaliza o poder das elites dominantes, produzindo um cruzamento entre o privado e o público. (Behring e Boschetti, 2006)

O processo de constituição capitalista começa pela substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre numa “complexa articulação de ‘progresso’ (a adaptação ao capitalismo) e conservação (a permanência de importantes elementos da antiga ordem)”. (Coutinho, 1989, p. 119 em Behring e Boschetti, 2006, p. 72)

O novo trabalhador livre porém não é mais o sujeito do antigo trabalho escravo, nem mesmo o índio, o mulato e até o trabalhador branco nacional (Martins, 2012). O modo de produção baseado no trabalho livre objetivava “redefinir o trabalhador para redefinir a força de trabalho”. (Ianni, 1991, p. 25 em Martins, 2012, p. 456) O imigrante passa a ser considerado o agente natural do trabalho e a significar esta redefinição da força de trabalho. (Fernandes, 1978 em Martins, 2012)

Os ex escravos, então, se posicionam no lugar ainda mais expressivo da marginalidade frente ao trabalho e a sociedade, já que embora livres, não possuem nenhuma participação política. O lugar do negro no trabalho é o da desocupação, informalidade e precariedade. (Martins, 2012) Quando passa a se inserir mais massivamente no mercado, o negro continua em posições precárias, com ocupações rejeitadas pelos brancos.



O “patriarcalismo é a representação do poder baseado em duas forças fundamentais: a escravidão e a instituição do domínio do macho viril, capaz de submeter sexualmente várias mulheres.” (Reis, 2001, p. 8)

Porém a grande metáfora das relações de escravidão e patriarcado é que “a simbologia do gênero garantia a submissão” dos escravos. (Reis, 2001, p. 16) O sistema escravocrata não se diferencia da instituição do domínio do macho. Se relacionarmos esta análise com o conceito de Scott de que o gênero é o primeiro meio em que o poder foi articulado, percebemos que o meio utilizado pelo sistema, na época, para subjugar os escravos seria o de emasculá-los e feminilizá-los, e assim submete-los ao poder do senhor, seja este homem ou mulher. (Reis, 2001)

[...] seguindo uma tradição historiográfica bastante extensa, ensina Orlando Patterson que a escravização pode implicar na emasculação social do homem, submetendo-o a uma dupla humilhação: a do trabalho forçado e a de exercer um trabalho feminino, como era o caso da agricultura e dos trabalhos domésticos para os bantus ou para os nativos da costa do Brasil no século XVI. Nas cidades, o comércio ambulante de alimentos e o trabalho de cozinha eram atribuídos às negras. Os escravos empregados nesses ofícios, portanto, eram também socialmente castrados pela escravidão (Carvalho, 2003, p. 47 em Reis, 2001, p.13).

O senhor de engenho então representaria o viril, o masculino, o detentor de poder. E o escravo seria o feminino, o fraco, o inferior, e o submisso. A mulher negra, então, seria um ser duplamente feminino, primeiro em sua essência e segundo em sua submissão ao poder, representado pelo masculino. Ao pensarmos nas relações de poderes capitalistas, já expostas, vemos que esta posição da mulher negra, duplamente feminina, para grande parcela das mulheres negras se mantém.

3. Enegrecendo o Feminismo

Aqui se faz um ponto importante falar do feminismo negro, onde temos que o movimento das mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e acaba por ser uma das referências fundamentais de determinados temas de interesse das mulheres no plano internacional (Carneiro, 2003).



Quando pensamos em feminismo, vemos que muitas vezes, esse feminismo tem pautas de mulheres brancas e de classe média, e que por muitas vezes se limitam a isso e, acabam por não englobarem pautas de outras especificidades do próprio movimento, como por exemplo, o caso das mulheres negras. Afinal, sabemos que ser uma mulher negra no Brasil não é a mesma coisa que ser uma mulher branca. Por isso, a mesma autora nos traz que muitas vezes é preciso “enegrecer o feminismo”, visto que “é preciso assinalar a ideia branca e ocidental da formulação clássica feminista, além de “revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais.”(Carneiro, 2003, p.118). Ribeiro (1995) assinala que o movimento de mulheres negras trás em suas críticas a forma secundarizada com que o caráter de sua opressão e organização foi tratado pelo movimento negro e feminista nas ultimas décadas. Ribeiro (2006) também fala que na procura de ampliar o locus de ação feminista, as mulheres negras produziram muitas críticas quanto à não visibilidade de sua ação política. onde, seja através do discurso, seja da através produção teórica, as mulheres negras ainda aparecem como ‘sujeitos implícitos’.

Diante do racismo que ainda vivenciamos em nossa sociedade atual o feminismo negro assim como o movimento negro, vem mostrar que a questão racial também se faz importante, que ela deve ser incorporada a pauta do feminismo e também da sociedade, e que esta questão deve ser combatida por todos, e não só pelas mulheres e/ou homens negros. Então devemos entender como Ribeiro (1995) coloca que assim como gênero, raça também se constitui em relações de poder e consequentemente direciona tanto a vida de mulheres e homens brancos como de mulheres e homens negros.

Evidenciar e lutar contra opressão que sofrem as mulheres negras é a pauta de muitos feminismos negros. Santos (2007) ao analisar a linha de vários feminismos negros que ela cunhou de “diasporicos” (que são os diversos femininos existentes na Diáspora como o Latino-Americano, Afro-Caribenho, Afro-Americano, Feminismo das negras Britânicas e o Africano), mostrou que todos eles, apesar de

diferenças de cunho geográfico, socioeconômico, político e culturais, têm como ponto de luta, análise política e teórica em comum, as variadas dimensões das vivências das mulheres negras com a opressão. A mesma autora ainda acrescenta que as literaturas feministas produzidas por mulheres negras no campo político e acadêmico “tem enfatizado a centralidade da intersecção de raça, gênero, classe e sexualidade, não só no que se refere a compreensão do status marginalizado e das drásticas condições de vida a que as mulheres negras encontram-se sujeitas, mas também no que diz respeito a elaboração de estratégias sociais e políticas que transformem tais circunstâncias.” (Santos, 2007, pp 12).

Vale lembrar que é importante que olhemos para as especificidades, pois segundo Sueli (2003) há grupos com demandas específicas, como as mulheres indígenas e negras, que em sua essência, não podem ser tratadas, exclusivamente, sobre a rubrica da questão de gênero, se esta não tomar como importante as especificidades que definem o que é ser mulher neste ou no outro caso. Então essa mesma autora, nos mostra que além de implantarem a questão do racismo como pauta importante para as mulheres negras, também trouxeram reivindicações específicas como:

- a)** a questão do mercado de trabalho, onde apesar dos ganhos da luta feminista neste quesito, há ainda uma distância entre brancos e negros, onde a mulher negra ocupa ainda a posição mais desprivilegiada e mostra que os avanços ainda não reduziram as desigualdades raciais;
- b)** Quando o assunto é violência, o movimento de mulheres negras traz mais um quesito, além da violência doméstica e sexual. Enfatizam que há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a auto-estima, o que autora chama de “hegemonia da branquitude”;
- c)** A temática saúde também teve um lugar de destaque quando se trata de conquista pelo feminismo negro, onde questões como direito reprodutivo e



o reconhecimento das diferenças étnico-raciais foram levadas em conta, além também de lutarem contra a esterilização em massa, que atinge principalmente as mulheres negras e também pelo projeto sobre a anemia falciforme, que é mais comum na população negra;

d) Em relação aos meios de comunicação, a luta se dá contra a reprodução de estereótipos e estigmas que prejudicam em grande escala, a afirmação de identidade racial e o valor social desse grupo e também, essa luta buscar tratar os meios de comunicação como um locus de empoderamento, sendo assim essencial para dar-lhes uma representação positiva bem como a visibilidade para os processos de mobilização e de lutas.

Pode-se ver como é importante que o feminismo leve em conta as suas especificidades fazendo com que assim, acabe a violência e desigualdade intragênero e que todas as mulheres possam se sentir igualmente representadas, onde a luta é por direitos para todas as mulheres e contra todas as formas de opressão. Pensar a situação da mulher negra na sociedade brasileira se faz importante, caso queremos combater essa opressão.

4. A situação da mulher negra no Brasil

Apesar dos mais de 100 anos da abolição, o padrão brasileiro de relações sociais, construído pela sociedade escravocrata no período colonial que tinha o objetivo de manter o negro sob a sujeição do branco, ainda permanece (Fernandes, 2006). O processo abolicionista, ocorrido em 1888, que legalmente findou a escravidão no país, não foi capaz de eliminá-lo. E, mesmo após esse processo não ser imposto nenhuma forma de segregação racial, os ex-escravos se tornaram marginalizados em relação ao sistema econômico vigente.

As desigualdades impostas pelo regime escravocrata, foram mantidas pelo sistema político-econômico capitalista, que conservou o racismo como ideologia legitimadora da exclusão social e racial (Martins, 2004). E, apesar do decorrer da história, o preconceito racial, a segregação e a discriminação ainda permeiam as

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



relações sociais até os dias de hoje, colocando brancos e negros como dominadores e dominados, numa continuidade arcaica do racismo. Para Santos,

“Aqui [no Brasil], o fato de que o trabalho do negro tenha sido desde os inícios da história econômica, essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes, deu-lhe o papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. Os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais.” (2003)

Segundo o IBGE (2010), a população negra no Brasil ultrapassa os 100 milhões, o que traz a reflexão quanto à urgência de elaboração e implementação de políticas públicas para esse segmento. Apesar de, em número, ser a raça majoritária no país, ainda sofre com a marginalização, precariedade no acesso aos direitos, à saúde, à educação e à assistência social. “O Brasil que um dia se favoreceu do trabalho escravo, colocou à margem seu principal construtor, o negro, que passou a viver na miséria, sem trabalho, sem a possibilidade de sobrevivência em condições dignas” (Silva, 2003).

A transversalidade de gênero e raça clarifica ainda mais o problema do preconceito, do racismo e da discriminação. De acordo com a pesquisa elaborada pela Fundação Perseu Abramo em 2005, em quase todos os aspectos de análise, o padrão de vida do negro, e particularmente da mulher negra, encontra-se em situação de desvantagem quando comparado ao do homem branco ou da mulher branca (Santos, G.G. e Silva, M. P., 2005).

Em termos de localização geográfica, o número de homens e mulheres negras no ambiente rural é bem maior que a de homens e mulheres brancos, que se concentram majoritariamente na área urbana. A pesquisa aponta, também que a maioria das mulheres negras se encontra nas regiões Nordeste e Sudeste, com sobre-representação no Nordeste. Resta às mulheres negras dessa região o subemprego, o turismo sexual e o tráfico de pessoas, e um agravante para isso é a manipulação da identidade cultural, étnica e racial responsável por sustentar o aliciamento que mantém a prática da exploração sexual vitimando esse segmento.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



No âmbito educacional, apesar de pesquisas recentes apresentarem que elas estão tendo melhor desempenho que os homens negros, não ostentam melhor posição entre aqueles com mais de dez anos de estudo e com formação universitária. Apenas dois por cento fazem parte dessa realidade (Santos e Silva, 2005:65). O que comprova que os negros brasileiros têm tido pouco progresso na conquista de profissões de maior prestígio social, pois acabam se concentrando em atividades manuais que exigem pouca qualificação e escolaridade formal (Heringer, 2002:61). Para as mulheres, a situação é ainda pior no que se diz respeito à renda: um homem branco, em média, tem rendimento quase equivalente ao de três mulheres negras e mulheres brancas, quase o dobro da renda as mulheres negras (Santos e Silva, 2005:66).

“As mulheres negras que conquistam melhores cargos no mercado de trabalho despendem uma força muito maior que os outros setores da sociedade, sendo que algumas, provavelmente, pagam um preço alto pela conquista, muitas vezes, abdicando do lazer, da realização da maternidade, do namoro ou casamento. Pois, além da necessidade de comprovar a competência profissional, tem de lidar com o preconceito e a discriminação racial que lhes exigem maiores esforços para a conquista do ideal pretendido. A questão de gênero é, em si, um complicador, mas quando somada à da raça, significa as maiores dificuldades para os seus agentes.” (Silva, 2003)

Comprovadamente, a mulher negra tem menos acesso à Saúde no Brasil. (Brasil, 2012). Sua expectativa de é inferior a das mulheres brancas, pois há um maior potencial das discriminações sobre o bem-estar/saúde, mal-estar/doença. E, como a mulher negra está na interseção das discriminações raciais de gênero e de classe social, torna-se maior o risco de não ver respeitada sua identidade pessoal, seu auto-conceito e auto-estima.

No caso das doenças, as principais razões estão ligadas à predisposição biológica para a hipertensão arterial, diabetes e anemia falciforme. Isso é relacionado também à dificuldade ao acesso e à falta de ações e capacitação de profissionais da saúde voltadas para os riscos específicos da raça. Além disso, no atendimento, não é raro sofrerem discriminação: a pesquisa da Fundação Perseu

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Abramo (2005) mostrou que as mulheres negras apresentam maior número de queixas de discriminação ao fazerem tratamento de saúde.

Sobre os tópicos referentes à maternidade e controle da natalidade, é perceptível a falta de assistência adequada uma vez que elas têm predisposição a iniciar a vida sexual mais cedo, e têm filhos mais cedo (de 12 a 15 anos : brancas 4%, negras 7%; 17 anos: brancas 7% e negras 11%; mais de 25 anos: brancas 18% e negras 11%) a incidência de abortos provocados é maior (entre as brancas 4% e entre as negras 6%) e têm também o maior número de filhos (entre as mulheres que têm quatro ou mais filhos, 26% são brancas e 33% são negras) (Santos e Silva, 2005).

Quanto ao índice de nupcialidade, 58% das mulheres brancas e negras estão em relação marital, porém, somente 16% das brancas estão casadas sem registro, contra 23% das negras.

Então, somando-se à desigualdade à questão do gênero, tem-se um agravamento da condição de vulnerabilidade da população negra, com destaque para a mulher negra. Por isso, é notável que “a situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento de sua realidade vivida no período da escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país” (Silva, 2003).

CONCLUSÃO

Vozes-mulheres
de Conceição Evaristo
A voz de minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó



ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.
(Cadernos negros 13, p. 32-33)

Este poema de Conceição Evaristo reflete em alguns poucos versos nosso trabalho sobre a mulher negra. Como o sistema escravocrata definiu valores, ideias, uma ética, uma estética, uma cultura de depreciação e exclusão do negro (Behring e Boschetti, 2006), e principalmente da mulher negra, o ser duplamente feminino, subjugada pelo patriarcado por ser mulher e por pertencer a uma etnia que é inferiorizada assim como uma mulher.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Esta cultura deletéria face a mulher negra, perpetuada pelo sistema capitalista e os valores racistas, ecoa desde a bisavó da poetisa, dentro dos navios negreiros, até sua filha, ainda viva. Bisavó e filha são submetidas aos mesmos trabalhos marginalizados e sub-empregos, a mesma erotização de seus corpos vinda dos brancos senhores de engenho, ou dos brancos fomentadores do turismo sexual.

O mito da democracia racial aliado a culpabilização pelo seu próprio fracasso, ao racismo e a falta de conhecimento sobre sua própria realidade devido a marginalidade em que se encontram tornam “as vozes mudas caladas / engasgadas nas gargantas.”

A luta do movimento negro e feminista é pelo “eco da vida-liberdade”, mas liberdade não só das senzalas, liberdade da cultura, da religião, dos direitos, da materialização desses direitos, da sexualidade, do conhecimento, da sua beleza e do ser negro(a) de alma negra.

REFERÊNCIAS

[1]e[2]http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002010000200005&script=sci_arttext

AFROPRESS. **População negra já passa dos 100 milhões, garante IBGE.** Publicado em: 01 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.afropress.com/post.asp?id=14504>. Acesso em 17 de maio de 2014.

Behring, E. R. e Boschetti, I. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. Em **Política social: fundamentos e história**. São Paulo : Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2)

BERNARDINO, José. **Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 2, 2002, pp. 247-273

BRASIL. **Projeto de lei nº 12.288 de julho de 2010 do Sr. Márcio Marinho**. Câmara dos Deputados. Sala das Sessões, 06 de julho de 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.49, pp. 117-133.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



DOMINGUES, Petrônio. Diálogos Latinoamericanos 10. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**, 2005. Acesso em: <http://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2014.

Evaristo, C. Vozes-mulheres. Em **Cadernos Negros**, vol. 13, São Paulo, 1990

Fernandes, F., Borges Pereira, J.B., Nogueira, O. **A questão racial brasileira vista por três professores**. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 168-179, dezembro/fevereiro 2005-2006.

Martins, R. B. **Desigualdades raciais e políticas de inclusão racial: um sumário da experiência brasileira recente**. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2004.

Martins, T. C. S. **O negro no contexto das novas estratégias do capital**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012

Reis, A. D. **Gênero, Patriarcado e a história da escravidão no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2001

Ribeiro, Matilde. **Feminismo em novas rotas e visões**. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(3): 272, pp. 801-811, setembro-dezembro/2006

Ribeiro, Matilde. **Mulheres Negras Brasileiras: De Bertioga a Beijing**. Estudos Feministas, Ano 3, nº2, pp 446-456. 1995.

SANTO, D. J. S.; PALOMARES, N. B.; NORMANDO, D.; QUINTÃO, C. C. A. **Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar**. Publicado em: setembro de 2009. Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2014.

Santos, G. G. e Silva, M. P. da. (orgs.) **Pensando a transversalidade de gênero e raça** in: Racismo no Brasil. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2005.

Santos, M. **Ser negro no Brasil hoje**. Publicado em: 12 fevereiro de 2003. Disponível em: http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=527. Acesso em 17 de maio de 2014.

